

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	1
Título: Queda de cotação afeta cadeia de fornecedores de bens e serviços	1
Título: Mercado livre pode viver onda de renegociações	4
Título: Brumadinho suspende por decreto obras da Vale	5
VEÍCULO: O Globo	7
Título: A rota da China	7

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/03/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Queda de cotação afeta cadeia de fornecedores de bens e serviços

A queda do preço do petróleo nas últimas semanas levou a uma onda de cortes de investimentos por parte das petroleiras globais e, aos poucos, esse movimento começa a atingir a cadeia de fornecedores de bens e serviços. Ao redor do mundo, grandes empresas do setor, como a Schlumberger, TechnipFMC e BW Offshore, anunciaram reduções nas despesas e adiamentos de projetos. A expectativa é que o impacto mais imediato dessas medidas

ocorra na produção não convencional dos EUA, mas o diretor-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (ABESPetro), Adyr Tourinho, afirma que é só questão de tempo para que os fornecedores do Brasil também sintam os efeitos da crise.

Principalmente depois que a Petrobras, a maior consumidora de bens e serviços no país, anunciou corte de 29% nos investimentos de 2020, para US\$ 8,5 bilhões. Além de postergar atividades de exploração e novas contratações relevantes, a diretora financeira da petroleira, Andrea Marques, afirmou que a companhia iniciou a renegociação de contratos com fornecedores. Os supridores afirmam que as margens estão deprimidas desde a crise de 2015/2016 e que não há espaço para redução de preços.

“O setor de óleo e gás é globalizado. É inevitável que os impactos que se está vendo lá fora vão acontecer no Brasil também”, afirma Tourinho. “É um cenário preocupante. Empresas de serviço precisam que novos projetos sigam adiante. Se eles atrasam ou se tornam inviáveis, há retração [na indústria]. A crise não chegou ainda, mas é inevitável. A questão é quando vai chegar e qual vai ser a sua magnitude”, afirmou.

Segundo o executivo, as companhias que mais sentirão os efeitos da crise serão as que fornecem bens e serviços para campos maduros, como supridores de equipamentos submarinos, empresas especializadas em intervenção de poços e em apoio logístico. Ele destaca que as pequenas e médias petroleiras que apostaram na compra dos campos maduros da Petrobras, nos últimos anos, devem enfrentar dificuldades para investir na revitalização desses ativos.

“São empresas que se alavancaram na aquisição, mas tiveram a expectativa de geração de caixa frustrada. Essas empresas vão ter dificuldades”, previu.

Tourinho acredita, por outro lado, que os grandes projetos do pré-sal, como Búzios e Mero, tendem a ser mantidos, ainda que a Petrobras eventualmente postergue em alguns meses as contratações.

“Projetos de grande magnitude do pré-sal não vão desaparecer porque são a sustentação da geração de caixa da empresa nos próximos anos. Mas projetos mais marginais, nem tão atrativos como esses, como os do pós-sal, podem correr risco”, disse.

Embora a indústria brasileira ainda não sinta os efeitos da crise, a Abespetro acredita que demissões e falências eventualmente vão acontecer no país também. “Algumas medidas do governo, na flexibilização dos contratos de trabalho, são importantes como estímulo para que as empresas busquem alternativas à demissão”, defendeu.

A gerente de petróleo, gás e naval da Firjan, Karine Fragoso, acredita que o setor passará por uma nova fase de consolidação, em meio às dificuldades da indústria. A última crise, entre 2015 e 2016, rendeu alguns movimentos nesse sentido, como a fusão entre as gigantes globais Technip e FMC. “O momento é de oportunidade para empresas que estão mais bem posicionadas”, afirmou.

A Wood Mackenzie destaca que o cenário de baixa dos preços do petróleo é “sombrio” para prestadores de serviços. A consultoria lembra que as empresas do setor conviviam com margens baixas e excesso de oferta, mas serão ainda mais impactadas pela queda esperada de 25% nos investimentos em exploração e produção em 2020.

“Prevíamos um crescimento no mercado de plataformas flutuantes para 2020, até 18 novos contratos. Agora, esperamos que apenas um punhado deles vá em frente, o que levaria esse mercado para os níveis de 2015/16”, cita a consultoria, em relatório assinado pela analista Mhairidh Evans.

Segundo a Wood Mackenzie, é possível perceber, nos EUA, uma queda nos preços pedidos por alguns fornecedores. Tourinho, da Abespetro, por sua vez, defende que não há espaço para cortes adicionais nas margens no Brasil.

Ele disse, ainda, que o setor pode ser afetado daqui para frente não só pela crise do petróleo em si, mas também pelas medidas sanitárias de combate à disseminação do novo coronavírus. Para o executivo, a restrição da circulação de bens e pessoas, além das recomendações das autoridades para redução do efetivo nas unidades operacionais, uma hora ou outra, levarão à interrupção de plataformas. “Basta que o funcionário apresente um dos sintomas para ser posto em quarentena. Estamos tendo baixas significativas. Vai haver um momento em que não haverá efetivo suficiente para repor, se esse cenário se perpetuar”, afirmou.

A ABESPetro tem procurado as autoridades para tentar flexibilizar, para a indústria petrolífera, algumas das restrições à circulação de pessoas e bens. Tourinho disse que o presidente Jair Bolsonaro publicou um decreto que reconhece a produção de óleo e gás dentre as atividades essenciais que deverão ter o seu funcionamento resguardado durante a pandemia. Ele reclama, contudo, da falta de convergência entre as esferas municipal, estadual e federal. E cita o exemplo da prefeitura de Macaé (RJ), que na semana passada determinou a suspensão dos trabalhos das empresas de óleo e gás instaladas na cidade e bloqueou os acessos ao município, prejudicando o tráfego de equipamentos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/03/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio****Título: Mercado livre pode viver onda de renegociações**

A paralisação de parte da indústria e do comércio por causa das medidas de contenção do surto do novo coronavírus deve levar a uma onda de renegociação de contratos no mercado livre de energia (ACL), ambiente no qual grandes consumidores contratam energia diretamente do fornecedor. Nos bastidores, existe o temor de que a situação evolua para inadimplência e judicialização, já que ainda não se sabe a dimensão da crise. Porém, especialistas e agentes do setor preferem evitar discursos alarmistas e apontam que é de interesse das empresas resolver qualquer problema amigavelmente.

Com a redução de suas operações, indústria e varejo devem ficar com sobras contratuais de energia, abrindo espaço para a devolução de parte do montante contratado. Os shoppings centers, por exemplo, já estão revendo despesas com energia, o maior custo de operação, afirma a Abrasce, associação que representa o setor. “A recomendação é que os contratos sejam renegociados”, diz a entidade, em nota.

Porém, essas negociações podem ser dificultadas pelo baixo nível do PLD (preço de referência do mercado à vista), que tende a criar mais resistência por parte dos fornecedores em aceitar a recompra dessa energia para talvez liquidá-la no mercado de curto prazo.

Embora o comportamento do PLD deva sofrer com a redução da carga prevista, o preço spot já vinha numa tendência de queda devido à melhora das afluições e do nível dos reservatórios, afirma José Mauricio Carvalho, sócio-diretor da comercializadora E com Energia. Assim, ele entende que o efeito coronavírus nos preços não é tão significativo. “Já estamos fazendo recompra de energia de abril, que é quando prevemos mais impacto [da crise] na economia”, afirma.

Especialistas apontam que não há uma tendência clara de como a situação do coronavírus impactará o mercado livre, já que os contratos firmados nesse ambiente são bilaterais e de livre negociação entre as partes - ou seja, cada caso é um caso. “Apenas as partes envolvidas são capazes de mensurar a profundidade dos efeitos da pandemia em seus negócios e os limites da cota de sacrifício que cada um consegue suportar”, afirma Leonardo Salvi, diretor de Operações da comercializadora Electra Energy.

Para o presidente da Abraceel (associação dos comercializadores), Reginaldo Medeiros, algumas empresas poderão ter dificuldade para cumprir contratos e alegarão “força maior”. “Mas isso é perfeitamente previsto, os contratos têm cláusulas de arbitragem. O que temos é de respeitá-los”.

Entre advogados, a sensação é de que seria prematuro falar em judicialização do tema. Para Rômulo Mariani, sócio do Baraldi Mariani Advogados, não há risco de uma nova onda de ações judiciais no setor. Segundo ele, a judicialização que ocorreu nos últimos anos foi motivada por questões de governo, seja por decisões ou pela pouca margem de negociação. Agora, as discussões são entre empresas, em contratos que preveem arbitragem - que, por sua vez, costuma levar a processos mais técnicos e céleres. Rebecca Maduro, sócia do L.O. Baptista Advogados, lembra ainda que a arbitragem tem custo relevante e representa um rompimento da relação comercial - assim, pode não ser ideal para lidar com um evento passageiro de queda de demanda.

Nesse sentido, também não se vê a necessidade de intervenção do governo. Paulo Mayon, consultor, professor da FIA USP e conselheiro de empresas do setor elétrico, defende que o ACL possui mecanismos para se ajustar e tem a participação de bancos, grandes companhias integradas de energia e comercializadoras independentes com patrimônio líquido robusto. Na mesma linha, Luiz Barroso, presidente da consultoria PSR, afirma que a crise pode ser discutida bilateralmente, com soluções de mercado, “deixando para o governo atuar onde já tem que atuar”.

O presidente do Fórum de Associações do Setor Elétrico, Mário Menel, alerta para que as empresas aproveitem enquanto há tempo hábil para renegociar contratos. “Mais para a frente, não sei como vai acontecer”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza e Francisco Góes — De Belo Horizonte e do Rio

Título: Brumadinho suspende por decreto obras da Vale

Suspensão foi determinada pelo município em meio ao surto de coronavírus no país

Um decreto da prefeitura de Brumadinho (MG) mantém paralisadas, desde o dia 21, as obras no município a cargo da Vale e de empresas contratadas. Os trabalhos envolvem construção e recuperação de áreas afetadas pelo

rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019. O decreto estabelece que as restrições vigoram até hoje, mas ainda não fica claro se as medidas poderão ser estendidas por mais tempo. A paralisação das obras se relaciona com os riscos associados à pandemia do novo coronavírus.

A assessoria do prefeito de Brumadinho, Avimar de Melo (PV), afirmou que o prazo para o fim das restrições termina mesmo hoje. O governo de Minas Gerais, no entanto, ainda não suavizou as medidas de restrição adotadas há uma semana e válidas para todos os municípios do Estado. Segundo a assessoria do governador Romeu Zema (Novo), se vislumbra um horizonte de reabertura gradual dos negócios e de retomada das atividades no Estado com base em dados sobre as contaminações em cada região. As que não tenham nenhum caso tendem a ganhar aval para retomar atividades. Brumadinho, segundo boletim da prefeitura, não tinha até sexta, nenhum caso confirmado de coronavírus.

A Vale disse, em nota, que acompanha a situação: “A Vale está ajustando suas atividades e obras constantemente, a partir das legislações emanadas pelas autoridades locais, estaduais e federais. Diariamente, são avaliados os cenários e projeções de retomada das obras, sem prejuízo da manutenção daquelas entendidas como emergenciais ou essenciais. Essa retomada deverá acontecer sempre com observância às orientações das autoridades de saúde e governamentais, em função da pandemia do coronavírus pela qual o mundo atravessa.”

Desde o dia 21, quando o decreto da prefeitura entrou em vigor, trabalhos realizados por funcionários da Vale e por contratadas pela mineradora em Brumadinho (MG) estão paralisados como uma das medidas adotadas pelo município para conter a circulação do coronavírus. A decisão foi expressa no decreto 050, que determinou o fechamento do comércio não essencial, assim como de outras atividades que envolvem aglomeração de pessoas.

A Vale e empresas terceirizadas vinham trabalhando em obras de recuperação nas áreas do município mais atingidas pela tragédia ocorrida em janeiro de 2019, quando a barragem se rompeu. Os bombeiros localizaram até agora 259 corpos sob a onda de lama de rejeito (de um total 270 mortos). O Corpo de Bombeiros suspendeu as buscas das últimas onze vítimas.

De acordo com a prefeitura, havia uma grande circulação de trabalhadores envolvidos nas obras da Vale que iam e vinham de ônibus pela cidade e também enchiam restaurantes, agora fechados. A mineradora vinha fazendo obras de recuperação nos bairros mais atingidos pela lama, também o desassoreamento do leito do Ribeirão Ferro-Carvão, além da construção de uma subestação de tratamento de água. A estatal Copasa teve também suspensas as obras de uma adutora em Brumadinho.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A rota da China

No Brasil, ninguém conhece mais a China do que a Vale, que está lá há quase 50 anos — sua primeira exportação para o país asiático foi em 1973, quando a ditadura brasileira não tinha ainda restabelecido relações com os chineses. Isso permitiu, agora, que a mineradora pudesse rapidamente comprar lá e trazer 5 milhões de testes rápidos de Covid-19, doados pela empresa ao governo brasileiro, cuja primeira remessa chega hoje a São Paulo.

Além disso, é a Vale quem montou a infra-estrutura para que os bancos Bradesco, Itaú e Santander doassem outros 5 milhões de testes chineses.

Hospital da Fiocruz

Aliás, o Itaú doou R\$ 10 milhões para a Fundação Oswaldo Cruz usar na construção do hospital de alta complexidade em Manguinhos, para pacientes graves com Covid-19. A unidade hospitalar terá 200 leitos e deve custar uns R\$ 100 milhões.

MME / ASCOM .